

FAEPI
FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO IFAM

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

2021

Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM

Relatório de Avaliação de Desempenho - 2021

Elaboração, Edição e Diagramação

Luana Marinho Monteiro

Manaus-AM

Sumário

1 APRESENTAÇÃO.....05

1.1 OBJETO.....05

2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO.....05

2.1 CREDENCIAMENTO E AUTORIZAÇÃO DO MEC E MCTIC PARA ATUAR COMO FUNDAÇÃO DE APOIO 05

3. PROJETOS CELEBRADOS EM 2021.....08

4. PROJETOS CELEBRADOS EM ANOS ANTERIORES, COM VIGÊNCIAS ATIVAS EM 2021.....09

5. PROJETOS COM VIGÊNCIAS FIRMADAS EM 2021, COM SITUAÇÃO "PRESTAÇÃO DE CONTAS OU ENCERRADOS".....11

6. PROJETOS CELEBRADOS NOS ANOS 2019 E 2022, COM VIGÊNCIAS ATIVAS EM 2021, COM SITUAÇÃO ENCERRADOS OU PRESTADOS CONTAS EM 2021 E 2022.....11

7 HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES APOIADAS.....13

7.1 IFAM.....13

7.2 UFAM.....17

7.3 INPA.....21

7.4 IFRR.....23

8 FAEPI.....26

8.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....27

8.2 FINALIDADES DA FAEPI.....28

8.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FAEPI 29

9 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA GESTÃO DOS PROJETOS.....29

9.1 INDICADORES.....30

10 SATISFAÇÃO DO CLIENTE.....32

10.1 PERFIS DE CLIENTE.....33

10.2 PERFIL ACADÊMICO.....33

10.3ÍNDICES DE SATISFAÇÃO 34

10.4 CANAL DE COMUNICAÇÃO.....35

10.5 ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS INSTITUIÇÕES APOIADAS.....36

10.6 ATENDIMENTO DENTRO DO PRAZO ESPERADO.....37
10.7 RECOMENDAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO DA FAEPI.....37
11 GOVERNANÇA PARA MELHORAR O DESEMPENHO - FLUXOS E PROCESSOS FAEPI 39
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....44
REFERÊNCIAS.....45

1 APRESENTAÇÃO

1.1 OBJETO

Avaliar o desempenho da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM – FAEPI, no exercício de 2021 e elaboração de relatório circunstanciado, para obtenção dos dados fieis para a melhoria contínua de suas ações e como parte das exigências para renovação do seu registro, recredenciamento e autorizações para ser fundação de apoio do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, e as autorizações para ser fundação de apoio da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, o Instituto Nacional de Pesquisa do Amazonas – INPA, e o Instituto Federal de Roraima – IFRR.

2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

Com a finalidade de avaliar as Atividades da FAEPI, no exercício de 2021 e elaborar relatório circunstanciado com base, em indicadores e parâmetros, para buscar melhorias e como parte das exigências para as renovações de registros, credenciamentos e autorizações para atuar como fundação de apoio das instituições, supracitadas, conforme o § 2º do art. 4º do Decreto 7423/2010, apresentamos a evolução das renovações do credenciamento, recredenciamento e as autorizações para atuar como fundação de apoio das seguintes instituições:

2.1 CREDENCIAMENTO E AUTORIZAÇÃO DO MEC E MCTIC PARA ATUAR COMO FUNDAÇÃO DE APOIO

Até a presente data, o recredenciamento FAEPI/IFAM, apresenta validade vigente até 2025, conforme tabela abaixo:

Tabela 01 – Evolução do Credenciamento da FAEPI para atuar como fundação de apoio ao IFAM

Nº	Credenciamento	Documento	Ano	Vigência	Período
01	IFAM (Credenciamento)	Portaria Conjunta nº 44, de 31/07/2015	2015	02 anos	31/07/2015 a 03/08/2017
02	IFAM (Prorrogação)	Portaria Conjunta nº 42, de 24/07/2017	2017	Mais 03 anos	Até 03/08/2020
03	IFAM (Recredenciamento)	Portaria Conjunta nº 164, de 08/12/2020	2020	05 anos	08/12/2020 a 08/12/2025

Fonte: FAEPI, 2022

De acordo com o § 2º do art. 4º do Decreto 7423/2010, dispõe que a fundação de apoio registrada e credenciada poderá apoiar IFES e demais ICTs distintas da que está vinculada, desde que compatíveis com as finalidades da instituição a que se vincula, mediante prévia autorização do grupo de apoio técnico do MEC e MCTIC, portanto a FAEPI apresenta a evolução das autorizações para atuar como fundação de apoio das seguintes instituições:

Tabela 02 – Evolução de Autorização da FAEPI para atuar como fundação de apoio a UFAM

Nº	Autorização	Documento	Ano	Vigência	Período
01	UFAM	Portaria Conjunta nº 69, de 24/10/2018	2018	01 ano	24/10/2018 a 21/10/2019
02	UFAM	Portaria Conjunta nº 122, de 18/11/2019	2019	01 ano	18/11/2019 18/11/2020
03	UFAM	Portaria Conjunta nº 24, de 26/03/2021	2021	01 ano	26/03/2021 a 26/03/2022
04	UFAM	Portaria Conjunta nº 54, de 29/04/2022	2022	01 ano	29/04/2022 a 29/04/2023

Fonte: FAEPI, 2022

Apresentamos também a evolução de autorização para atuação como fundação de apoio ao Instituto Nacional de Pesquisa do Amazonas – INPA:

Tabela 03 – Evolução de autorização da FAEPI para atuar como fundação de apoio do INPA

Nº	Autorização	Documento	Ano	Vigência	Período
01	INPA	Portaria Conjunta nº 7, de 13/03/2019	2019-2020	01 ano	13/03/2019 a 13/03/2020
02	INPA	Portaria Conjunta nº 168, de 08/12/2020	2020-2021	01 ano	08/12/2020 a 08/12/2021
03	INPA	Portaria Conjunta nº 168, de 08/12/2020	2021-2022	01 ano	29/04/2022 a 29/04/2023

Fonte: FAEPI, 2022

Apresentamos a autorização para atuação como fundação de apoio ao Instituto Federal de Roraima – IFRR:

Tabela 04 – Evolução de autorização da FAEPI para atuar como fundação de apoio do IFRR

Nº	Autorização	Documento	Ano	Vigência	Período
01	INPA	Portaria Conjunta nº 70, de 02/07/2021	2021-2022	01 ano	02/07/2021 a 02/07/2022

Fonte: FAEPI, 2022

Assim, observa-se a necessidade de pleitear a renovação da autorização junto ao MEC e MCTIC, para a renovação FAEPI/IFRR, visando celebrar novos convênios e contratos, bem como captar e receber recursos financeiros com intuito de gerenciar os projetos.

Assim, a Diretoria iniciou os trabalhos ficando definido que as atividades pertinentes a avaliação de desempenho, aconteceria em reuniões diárias, até o término do Relatório circunstanciado.

3. PROJETOS CELEBRADOS EM 2021

No ano de 2021 firmamos 23 projetos com vigências iniciadas no ano de 2021, que estão em fase de execução (andamento), que totalizam R$ 28.860975,49, equivalente ao valor global dos projetos, atendendo às 03 (três) instituições apoiadas, conforme Quadro 1 – Planilha de Projetos 2021 – FAEPI, a seguir:

Quadro 01 – Projetos celebrados em 2021 – FAEPI

Nº	Projeto	Ano	Instituição Apoiada	Início	Fim	Valor Bruto do Projeto
1	UFAM 2021-005 - RNP	2021	UFAM	01/02/2021	30/09/2022	163.794,08
2	IFAM 2021-009-BEST	2021	IFAM	03/05/2021	03/01/2022	508.839,61
3	IFAM 2021-004 - NCR - Coari (10.847-2)	2021	IFAM	12/04/2021	12/06/2022	469.000,00
4	UFAM 2021-001 - Convênio 907898-2020 - Núcleos de Esporte	2021	UFAM	11/01/2021	11/01/2023	682.269,15
5	UFAM 2021-002 - Convênio 907979-2020 - MAPA	2021	UFAM	11/01/2021	11/06/2022	419.982,00
6	UFAM 2021-003 - Convênio 908033-2020 - PCT	2021	UFAM	18/01/2021	18/01/2024	1.858.166,00
7	IFAM 2021-012 - FLEX (10922-3) - BIGDATA	2021	IFAM	08/06/2021	08/06/2022	408.204,00
8	IFAM 2021-015 - EMBRAPII-HUMAX (10.934-7)	2021	IFAM	22/06/2021	22/06/2022	1.100.000,32
9	UFAM 2021-007 - Motorola_FLEX - Lab Fotografia	2021	UFAM	20/05/2021	20/08/2023	5.112.171,80
10	UFAM 2021-010 - Motorola_FLEX - Técnicas de IA	2021	UFAM	20/05/2021	20/08/2023	3.690.057,78
11	UFAM 2021-008 - Motorola_FLEX - IA Aplicada a Teste de Software	2021	UFAM	20/05/2021	20/09/2023	2.337.128,51
12	UFAM 2021-009 - Motorola_FLEX - Malware Hunter	2021	UFAM	20/05/2021	20/09/2023	1.984.395,59
13	UFAM 2021-017 - CALCOMP - Capacitação em visão computacional	2021	UFAM	19/07/2021	19/05/2022	547.009,29
14	UFAM 2021-016 - CALCOMP - Manutenção 4.0	2021	UFAM	30/07/2021	30/03/2023	984.403,72
15	IFAM 2021-017 - IDESAM - PPBio Maués	2021	IFAM	15/10/2021	15/11/2023	150.000,00
16	UFAM 2021-018 - SEPROR - Pecuária Sustentável	2021	UFAM	01/10/2021	01/09/2022	268.592,94
17	UFAM 2021-019 - SEPROR - Solo Fértil	2021	UFAM	01/10/2021	01/09/2022	231.407,00
18	IFAM 2021-019 - CECANE	2021	IFAM	23/12/2021	23/12/2022	363.379,17
19	IFAM 2021-020 - Espaço 4.0 - Itacoatiara	2021	IFAM	23/12/2021	23/12/2023	300.000,00
20	IFAM 2021-021 - Qualifica Mais Energif	2021	IFAM	23/12/2021	23/03/2023	680.000,00
21	IFAM 2021-022 - Qualifica Mais Progredir	2021	IFAM	31/12/2021	31/04/2023	3.200.000,00
22	IFAM 2021-023 - NuMaI SGC	2021	IFAM	23/12/2021	23/06/2023	514.406,09
23	INPA 2021-001 - LBA - 2022	2021	INPA	01/12/2021	01/12/2022	2.887.768,44
TOTAL DE VALOR BRUTO DE PROJETOS FIRMADOS EM 2021						**R$ 28.860.975,49**

Fonte: FAEPI, 2022

4. PROJETOS CELEBRADOS EM ANOS ANTERIORES, COM VIGÊNCIAS ATIVAS EM 2021

Além dos projetos celebrados no ano de 2021, é importante ressaltar que existem 09 (nove) projetos com vigências iniciadas nos anos de 2019 e 2020, com vigências ativas no ano de 2021, que totalizam R$ 137.854.740,06, equivalente ao valor bruto dos projetos, atendendo às 03 (três instituições apoiadas, conforme Quadro 1 – Planilha de Projetos 2021 – FAEPI, a seguir:

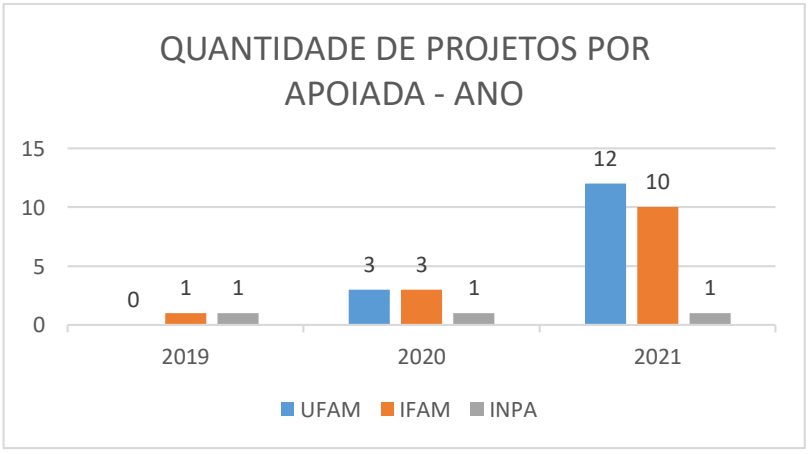
Quadro 02 – Projetos celebrados em 2019 e 2020, com vigências ativas em 2021 – FAEPI

Nº	Projeto	Ano	Instituição Apoiada	Início	Fim	Valor Bruto do Projeto
1	IFAM 2020-003 - COELMATIC	2020	IFAM	23/03/2020	23/03/2022	712.763,16
2	(SUPER) Samsung UFAM Projeto de Educação e Pesquisa	2020	UFAM	01/04/2020	31/03/2025	88.879.630,60
3	IFAM 2020-001 - PD&I - SAGEMCOM - ORION	2020	IFAM	22/01/2020	21/01/2022	995.670,53
4	UFAM 2020-007 - FUTEBOL AMAZONENSE	2020	UFAM	14/09/2020	13/09/2022	316.193,03
5	UFAM 2020-011 - Convênio 905695-2020 - CECANE 2021	2020	UFAM	21/12/2020	21/12/2021	571.285,08
6	INPA 2019-001 - SAMSUNG - IETE	2019	INPA	15/03/2019	31/07/2023	11.903.648,19
7	IFAM – 2020-009 – SAMSUNG – ARANOUA	2020	IFAM	17/06/2020	17/06/2025	29.696.769,47
8	IFAM 2020-010 – PROEJA FIC (10.675-5)	2019	IFAM	31/12/2019	30/06/2022	1.914.580,00
9	INPA 2020-002 - FINEP-INFRAESTRUTURA NB-3	2020	INPA	26/11/2020	26/05/2022	2.864.200,00
	TOTAL DE VALOR BRUTO DE PROJETOS FIRMADOS EM 2021					**R$ 137.854.740,06**

Fonte: FAEPI, 2022

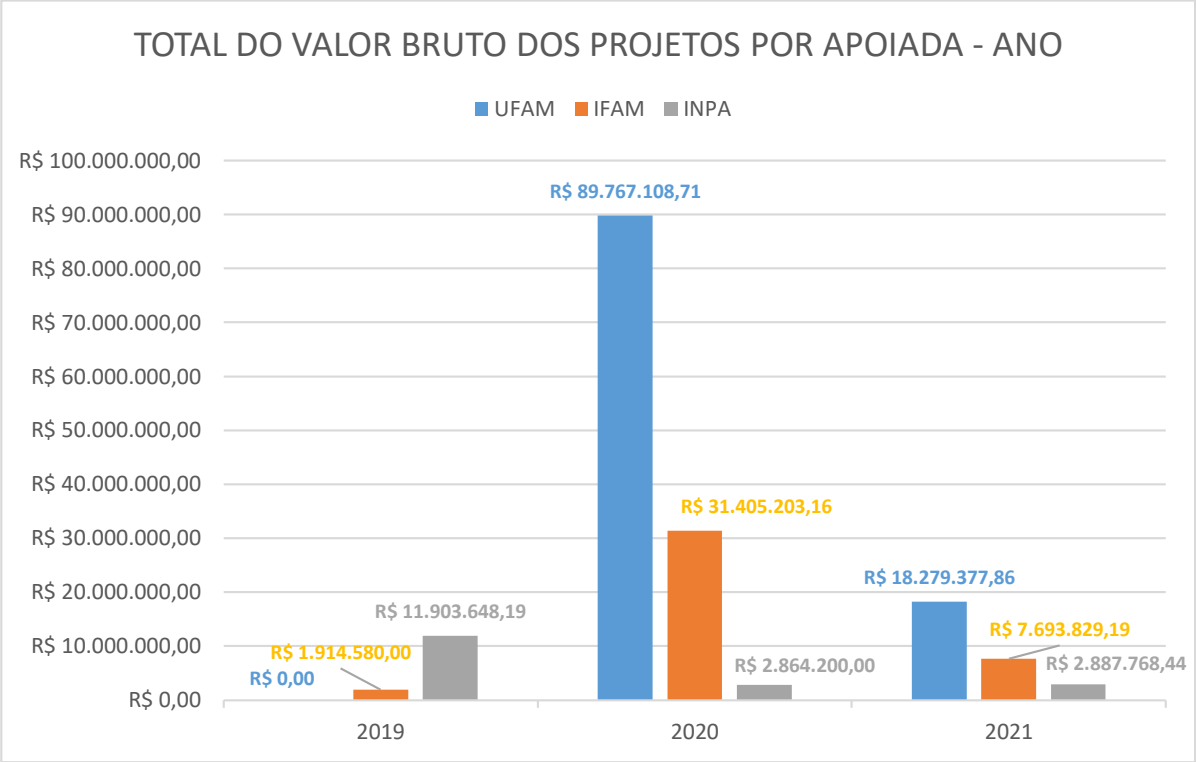
Assim temos um total de 32 projetos com vigências ativas em 2021, sendo 14 projetos do IFAM, 15 projetos da UFAM e 03 projetos do INPA, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Quantidade de Projetos por Apoiadas, anos 2019, 2020 e 2021



Fonte: FAEPI, 2022

Gráfico 02 – Total do valor Bruto dos Projetos por Apoiadas, anos 2019, 2020 e 2021



Fonte: FAEPI, 2022

Conforme a apresentação nos Gráficos acimas, a FAEPI apresentou em 2019, **02** (dois) projetos celebrados com o valor total bruto destes de **R$ 13.818.228,19,** com suas vigências contemplando o ano de 2021. Já em 2020, foram firmados **07** (sete) projetos, com vigências ativas em 2021, que totaliza o bruto em **R$ 124.036.511,87,** com suas vigências contemplando o ano de 2021**,** e em 2021, **23** (vinte e três) projetos celebrados, que totaliza o valor bruto global desses projetos em **R$ 28.860.975,45**.

Portanto, os anos 2019, 2020 e 2021, celebramos 32 projetos, com valor total bruto desses projetos em R$ 166.715.715,60.

As Despesas Operacionais e Administrativas – DOA refere-se ao valor destinado a receita da FAEPI, que são definidas na fase de negociação e celebração das parcerias, de acordo com o tipo de projetos, as metas e especificidades de cada um. E o repasse dessas DOAs são retiradas conforme estabelecido no instrumento da parceria (Contrato ou Convênio).

5. PROJETOS COM VIGÊNCIAS FIRMADAS EM 2021, COM SISTUAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS OU ENCERRADOS

Ainda dos projetos celebrados em 2021, **12** (doze) projetos com vigências iniciadas no ano de 2021 foram encerrados e/ou prestadas contas, que totalizam **R$ 5.773.502,88**, equivalente ao valor global dos projetos, atendendo ao IFAM e UFAM, conforme quadro a seguir:

Quadro 03 – Projetos celebrados em 2021, prestadas contas/encerradas – FAEPI

Nº	Projeto	Ano	Instituição Apoiada	Início	Fim	Valor Bruto do Projeto
1	IFAM 2020-007 - NCR - Drop Test - Parte II	2021	IFAM	05/01/2021	05/07/2021	665.333,33
2	IFAM 2021-005 - HDL	2021	IFAM	22/03/2021	22/06/2021	55.527,56
3	IFAM 2021-002 - NCR Prestação de Serviço	2021	IFAM	08/03/2021	08/01/2022	131.188,81
4	IFAM 2021-003 - SOFTEX	2021	IFAM	23/02/2021	23/02/2022	506.000,00
5	IFAM 2021-006 - TELLESCOM - AGV	2021	IFAM	14/04/2021	14/02/2022	952.650,70
6	IFAM 2021-014 - FLEX (10924-X) - RFID	2021	IFAM	08/06/2021	08/02/2022	481.206,00
7	UFAM 2021-004 - TPV - NIMROD	2021	UFAM	08/01/2021	08/01/2022	693.066,64
8	IFAM 2021-007 -DENSO-Rastreabilidade RFID	2021	IFAM	10/05/2021	10/05/2022	500.000,00
9	IFAM 2021-008-DENSO-SW	2021	IFAM	10/05/2021	10/03/2022	468.584,55
10	IFAM 2021-010-DENSO-Geopolímeros	2021	IFAM	10/05/2021	10/03/2022	587.257,40
11	IFAM 2021-013 - FLEX (10923-1) - Capacitar 4.0	2021	IFAM	08/06/2021	08/09/2021	590.737,66
12	IFAM 2021-011-DENSO-Capacitar 4.0	2021	IFAM	10/05/2021	10/07/2021	141.950,23
TOTAL DE VALOR BRUTO DE PROJETOS FIRMADOS EM 2021 ENCERRADOS/PRESTADOS CONTAS						**R$ 5.773.502,88**

Fonte: FAEPI, 2022

6. PROJETOS CELEBRADOS NOS ANOS 2019 E 2020, COM VIGÊNCIAS ATIVAS EM 2021, COM SITUAÇÃO ENCERRADOS OU PRESTADOS CONTAS EM 2021 E 2022

Além dos projetos celebrados no ano de 2021, houveram projetos celebrados nos anos 2019 e 2020, com vigências ativas em 2021, e prestados contas em 2021 e 2022. Portanto houveram **10** (dez) projetos, que totalizam **R$ 11.803.763,13**, equivalente ao valor bruto dos projetos, atendendo às 03 (três) instituições apoiadas encerrados ou prestados contas, conforme Quadro, a seguir:

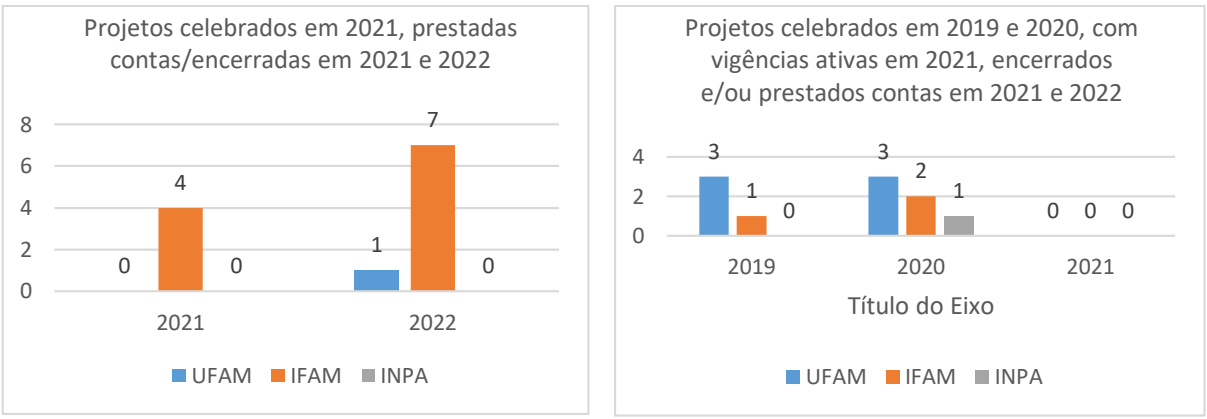
Quadro 04 – Projetos celebrados em 2019 e 2020, com vigências ativas em 2021, encerrados e/ou prestados contas em 2021 e 2022 – FAEPI

Nº	Projeto	Ano	Instituição Apoiada	Início	Fim	Valor Bruto do Projeto
1	UFAM 2021-006 - FINEP 0200-19	2020	UFAM	27/10/2020	27/10/2021	55.196,00
2	IFAM 2020-004 - FLEX	2020	IFAM	23/03/2020	23/03/2021	425.000,00
3	IFAM 2019-008 CT Eletrônica - PPFRH MURAKI	2019	IFAM	16/07/2019	16/09/2021	541.176,48
4	IFAM 2020-006 - HUMAX	2020	IFAM	23/03/2020	23/01/2021	500.000,00
5	UFAM 2019-003 - SAMSUNG - PD&I ProPPGE	2019	UFAM	11/03/2019	10/03/2022	2.868.242,78
6	UFAM 2019-004 - SAMSUNG - PD&I ProPPGI	2019	UFAM	11/03/2019	10/03/2022	2.671.997,83
7	UFAM 2019-008 - SAMSUNG - PD&I MBR´s	2019	UFAM	10/05/2019	28/02/2021	573.659,37
8	UFAM 2020-006 - ENVISION - THE FLASH III	2020	UFAM	03/08/2020	03/08/2021	690.800,00
9	UFAM 2020-010 - TPV - THANOS	2020	UFAM	02/12/2020	01/12/2021	321.130,67
10	INPA 2020-009 - LBA	2020	INPA	17/12/2020	17/12/2021	3.156.560,00
	TOTAL DE VALOR BRUTO DE PROJETOS FIRMADOS EM 2021					**R$ 11.803.763,13**

Fonte: FAEPI, 2022

Assim temos um total de 22 projetos celebrados nos anos 2019, 2020 e 2021, com vigências ativas em 2021, e **prestados contas ou encerrados em 2021 e 2022**, sendo 14 (quatorze) projetos do IFAM, 07 (sete) projetos da UFAM e 01 (um) projetos do INPA, conforme graficos abaixo:

Gráfico 03 – Projetos por Apoiadas, prestados contas em 2021 e 2022



Fonte: FAEPI, 2022

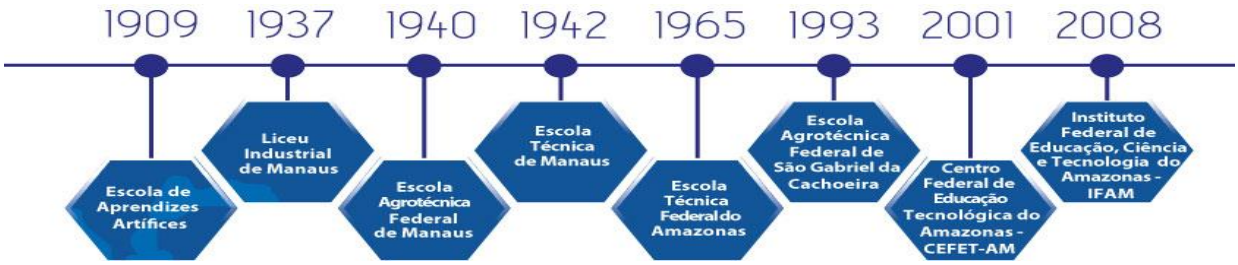
7 HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES APOIADAS

7.1 IFAM

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pelo Governo Federal constituiu uma ação de caráter revolucionário no País, tendo como base a Rede Federal de Educação Tecnológica. Os Institutos surgiram com uma proposta de expansão do ensino técnico e tecnológico jamais vista, uma vez que promovem o ensino nos níveis básico, técnico e tecnológico, incluindo programas de formação e qualificação de trabalhadores, licenciaturas e cursos de pós-graduação lato e stricto sensu.

Em 29 de dezembro de 2008, o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou o Decreto Lei nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre eles, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Entretanto, a trajetória da Instituição no Amazonas remonta desde o início do século XX, como veremos a seguir na linha do tempo.



1909 - O Presidente da República Nilo Peçanha sanciona por meio do Decreto Lei nº 7.566, de 23 de setembro, a criação de uma Escola de Aprendizes Artífices, para cada uma das dezenove capitais dos Estados da Federação, possibilitando uma educação profissional primária, pública e gratuita para os pobres e desvalidos da fortuna num Brasil que dava os seus primeiros passos na República.

A Escola de Aprendizes Artífices inaugurou com oficinas de alfaiataria e marcenaria para 14 alunos, tendo funcionado primeiramente na Chácara Afonso de Carvalho, situada na Rua Urucará, no bairro Cachoeirinha. Após a transferência de presos da Casa de Detenção de Manaus, em 1916, o local ficou vago e a Escola de Aprendizes Artífices mudou-se pela primeira vez, tendo a possibilidade de aumentar seu espaço físico e, consequentemente, o número de alunos - total de 95 - matriculados. As aulas eram ministradas nos turnos matutino e vespertino, com cursos de desenho aplicado, ensino primário, oficinas de marcenaria, carpintaria, alfaiataria e ferreiro-serralheiro. Cerca de 11 anos depois, em 1927, a Escola mudou-se para o Mercado Municipal da Cachoeirinha, onde passou a receber encomendas para a fabricação de produtos nas oficinas.

1937 - Em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, a Escola de Aprendizes Artífices de Manaus passa a ser chamada Lyceu Industrial de Manaus. O objetivo era qualificar os filhos dos operários ou dos associados para as artes e os ofícios. É nesse período que surgem as entidades especializadas ao sistema S: O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem comercial (SENAC).

1940 - O Campus Manaus Zona Leste tem suas origens na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, que remonta ao Patronato Agrícola Rio Branco criado no então território do Acre, em 1923, através do Decreto Lei nº 16.082, e posteriormente transformado em Aprendizado Agrícola, que por meio do Decreto Lei nº 2.225, foi transferido para o estado do Amazonas.Em Manaus, o Aprendizado Agrícola foi instalado em 19 de abril de 1941, no local chamado Paredão, hoje atual Estação Naval Rio Negro, ao lado da Refinaria de Manaus, a margem esquerda do rio Negro, passando a se denominar Ginásio Agrícola do Amazonas pelo Decreto Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, obedecendo a Lei Nº 4.024/1961. Elevado à categoria de Colégio pelo Decreto Lei nº 70.513, de 12 de maio de 1972, passa a denominar-se Colégio Agrícola do Amazonas, ano no qual foi transferido para suas atuais instalações na Avenida Cosme Ferreira, Bairro São José Operário, na Zona Leste da cidade.

1942 - A Escola Técnica de Manaus foi criada pelo Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, sendo um instituto oficial de ensino profissional, subordinado à Divisão do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde. O prédio estava localizado entre a Av. Sete de Setembro e as ruas Duque de Caxias, Ajuricaba e Visconde Porto Alegre. O prédio foi construído no período entre 1938 a 1941. Segundo o Regimento Interno, a finalidade do Instituto era preparar profissionalmente o trabalhador e deixá-los aptos ao exercício de ofícios e técnicos nas atividades industriais, dando a jovens e adultos da indústria, a oportunidade de uma qualificação que aumentasse a eficiência a produtividade.

1965 - Surge a Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) por meio da Lei 4.759, de 20 de agosto de 1965. Com a expansão do Polo Industrial de Manaus (PIM), logo surgiu a demanda de mão de obra qualificada para o preenchimento das vagas nas indústrias instaladas no Amazonas. Desta forma, a ETFAM passou a ofertar cursos técnicos em Eletrônica, Mecânica, Química e Saneamento. Além disso, o prédio sofreu melhorias em sua infraestrutura, tais como: a construção do prédio do recreio coberto, do ginásio de esportes, da pista de atletismo e da piscina.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). E foi através da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 6 de fevereiro de 1987, que surgia a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus. Esta, entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

1993 - Criada com o nome de Escola Agrotécnica Marly Sarney, a Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira foi construída em 1988, através do Convênio Nº 041 celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41. O Campus São Gabriel da Cachoeira tem sua origem num processo de idealização que se inicia em 1985, então no governo do Presidente José Sarney, com Projeto Calha Norte, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Fazendo parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

A partir de 1987, o Instituto Socioambiental em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro vinha assessorando o processo de demarcação e consolidação das terras indígenas, e a partir de 1995 se inicia um processo de questionamentos sobre a forma de atuação e o papel desta Instituição de ensino no novo contexto territorial da região, visto que agora a necessidade das organizações indígenas legalmente constituídas de buscarem formas de gestão de suas terras demarcadas com a identificação de potencialidades econômicas.

Desta forma, em 30 de junho de 1993, o Presidente Itamar Franco, assina a Lei Nº 8.670 que cria a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tendo sua primeira Diretoria Pro Tempore, sendo transformada em autarquia através da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. O início das atividades escolares ocorre em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

2001 - Visando o aprimoramento do ensino, da extensão, da pesquisa tecnológica, além da integração com os diversos setores da sociedade e do saber produtivo implanta-se no Brasil os Centros Federais de Educação Tecnológica. Em 26 de março de 2001, por decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM). É nesse período que o Centro de Documentação e Informação Monhangara foi construído na Unidade Sede.

2008 - Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, sendo: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), que contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira que passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino. Por meio do Decreto Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em todo o país.

Num processo que está em constante alteração, o IFAM já conta com 15 Campi, sendo três em Manaus (Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial e Manaus Zona Leste), Coari, Lábrea, Maués, Manacapuru, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara e Tefé proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Amazonas. É o IFAM proporcionando a Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo a sociedade amazonense e brasileira.

Atualmente, o IFAM está estabelecido em 23 municípios, sendo três deles, polos de Educação a Distância em Roraima. No primeiro semestre de 2018, a Instituição já soma 25.768 matrículas, segundo a Plataforma Nilo Peçanha, distribuídos em 162 cursos técnicos presenciais, 68 cursos em EaD, 15 tecnólogos, sete Licenciaturas, cinco Bacharelados, duas especializações Lata Sensu e três Mestrados Profissionais. Além disso, contamos com 1.967 servidores em todo o Estado.

Fonte: Mello, Maria Stela de Vasconcelos Nunes. De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: cem anos de história. Manaus: Editora, 2009.

7.2 UFAM

Os mais de 100 anos de implantação do ensino superior no Amazonas é comemorado em 17 de janeiro. Foi nessa data, em 1909, que surgiu a primeira Instituição de ensino superior do país, a Escola Universitária Livre de Manáos, criada por inspiração do tenente-coronel do Clube da Guarda Nacional do Amazonas, Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves. Em sessão de 12 de fevereiro de 1909, o Conselho Constituinte elegeu Eulálio Chaves para promover o reconhecimento oficial da Escola e cuidar da publicação de seus Estatutos. A Lei nº. 601, de 8 de outubro de 1909, considerou válidos os títulos expedidos pela Escola Universitária.

A Escola Universitária Livre de Manáos teve origem no Clube da Guarda Nacional do Amazonas, entidade fundada em 5 de setembro de 1906, e cujos Estatutos, publicados no ano seguinte, previam a criação de uma escola prática militar. O Clube da Guarda tinha, entre outros objetivos, o de fomentar o desenvolvimento profissional de seus associados e cultivar as ciências auxiliares da arte da guerra, além de criar uma escola prática militar.

O que era aspiração máxima do Clube da Guarda Nacional somente se concretizou em 10 de novembro de 1908 quando foi criada em Manaus a Escola Militar Prática do Amazonas. A Escola mantinha apenas dois cursos - um preparatório e outro superior, ambos destinados à instrução militar de oficiais da Guarda Nacional e de outras milícias. Os cursos, porém, eram abertos a qualquer brasileiro. Naquele mesmo ano, a Escola passou a chamar-se Escola Livre de Instrução do Amazonas.

Menos de um ano depois, em 17 de janeiro de 1909, a Escola de Instrução Militar do Amazonas se transformava na Escola Universitária Livre de Manáos. De acordo com seus Estatutos, elaborados e apresentados pelo tenente-coronel Eulálio Chaves, a Escola deveria manter os cursos das três armas, segundo o programa adotado para as escolas do Exército Nacional.

Além dos cursos de instrução militar, também seriam ministrados os cursos de Engenharia Civil, Agrimensura, Agronomia, Indústrias, Ciências Jurídicas e Sociais, bacharelado em Ciências Naturais e Farmacêuticas e Letras. Outros cursos deveriam ser criados posteriormente, com preferência o de Medicina.

Dirigida em seu primeiro ano pelo Dr. Pedro Botelho (1909-1910) e, posteriormente, pelo Dr. Astrolábio Passos (1910-1926), a Escola Universitária instalou seus cursos em 15 de março de 1910, em sessão solene presidida pelo governador do Estado, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt. Em 13 de julho de 1913, a Escola Universitária muda de nome, passando a chamar-se Universidade de Manaus.

A experiência bem-sucedida da primeira universidade brasileira durou somente 17 anos, sendo ela desativada em 1926. A partir daí, passaram a funcionar como unidades isoladas de ensino superior, mantidas pelo Estado, as Faculdades de Direito, Odontologia e Agronomia. Com a extinção das duas últimas, poucos anos depois, restou apenas a Faculdade de Direito, a qual formou os primeiros bacharéis em 1914, e foi incorporada pela Universidade Federal do Amazonas. Esse elo histórico entre as duas instituições testemunha e revalida a atual UFAM como a mais antiga universidade brasileira.

Criada pela Lei Federal nº 4.069-A, assinada pelo presidente João Goulart em 12 de junho de 1962, a sucessora legítima da Escola Universitária Livre de Manáos, Universidade do Amazonas, teve seu Projeto de Lei, de autoria do então deputado federal Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, publicado no Diário Oficial da União em 27 de junho do corrente ano, mas só se instalou como Fundação de Direito Público mantida pela União Federal em 17 de janeiro de 1965.

Em 3 de julho de 1964, na realização da 18ª reunião do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas, foi decidido que a data de comemoração da instalação da Universidade do Amazonas seria a mesma data criação da primeira universidade brasileira, a Escola Universitária Livre de Manáos.

A Universidade do Amazonas consolidou-se e ampliou sua estrutura por meio da criação de novos cursos e absorção de outros já existentes. A partir de 1968, a estrutura da instituição passa a ser a seguinte: Faculdade de Direito do Amazonas, Faculdade de Estudos Sociais, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Embora tenha sido criada pela Lei Federal nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962, a Universidade Federal do Amazonas instalou-se três anos depois, em 17 de janeiro de 1965, 39 anos após a desativação da Universidade de Manáos. Criada como fundação de direito público e mantida pela União, a Universidade recebeu a denominação de Universidade Federal do Amazonas (UFAM) por disposição da Lei nº. 10.468, de 20 de junho de 2002.

Constituída atualmente por 18 unidades de ensino, entre institutos e faculdades, sua estrutura incorporou de início a Faculdade de Direito, remanescente da Universidade de Manáos, e as faculdades de Ciências Econômicas e de Filosofia, Ciências e Letras, unidades isoladas de ensino superior, criadas e mantidas pelo Estado. A essa estrutura juntou-se também, por doação do desembargador André Vidal de Araújo, o patrimônio da Escola de Serviço Social de Manaus. Já no final dos anos 1990 outra unidade de ensino superior incorporou-se à estrutura da UFAM - a Escola de Enfermagem de Manaus, anteriormente mantida pela Fundação SESP, do Ministério da Saúde.

A UFAM teve nove reitores, sendo cinco bacharéis em Direito, dois médicos, um jornalista e um engenheiro civil. O primeiro foi o professor Aderson Andrade de Menezes, da Faculdade de Direito, e o que por menor espaço de tempo exerceu a reitoria.

O professor Octávio Mourão (1977/1984) foi o último reitor do regime militar, e o professor Roberto Vieira (1985/1989) foi o primeiro eleito pela comunidade acadêmica, no início da redemocratização do País. Os reitores Marcus Luiz Barroso Barros (1989/1993), Nelson Abrahim Fraiji (1993/1997), Walmir de Albuquerque Barbosa (1997/2001), Hidembergue Ordozgoith da Frota (2001/2005 e 2005/2009) e Márcia Perales Mendes Silva foram eleitos pela Comunidade Universitária e respondem pelo período mais recente.

Entre os alunos dos cursos regulares de graduação ministrados em Manaus e no interior do Estado e dos cursos de graduação conveniados, a Universidade reúne mais de 20 mil estudantes. Nos cursos de Pós-Graudação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) e Lato Sensu são mais de 2 mil estudantes. A Instituição oferece inúmeros laboratórios e bibliotecas para a prática acadêmica e a pesquisa.

A Universidade realiza anualmente dois tipos de seleção para o ingresso no Ensino Superior: o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Processo Seletivo Contínuo (PSC), com 50% de vagas para cada um deles.

Ao mesmo tempo em que busca manter o melhor padrão de ensino nas diferentes áreas do conhecimento, a UFAM dispõe hoje de um quadro docente altamente qualificado. São professores que buscam constantemente o seu aprimoramento, comprometidos com o ensino, a pesquisa e a extensão.

A instituição está presente no interior do estado, por meio de seus centros universitários, desde os anos de 1970, quando implantou o primeiro Pólo no município de Coari.

Como resultado do inegável esforço e investimentos empreendidos pela comunidade universitária para efetivar a política de expansão do ensino superior, o ano de 2005 representou um marco no tocante às medidas adotadas no âmbito das propostas de adequação dos projetos de interiorização. Esse empenho resultou na criação do Programa de Expansão do Ensino Superior, promovido pelo Governo Federal, que traz como denominação no Amazonas a sigla "UFAM Multicampi".

A área do campus universitário - 6,7 milhões de metros quadrados - a torna o terceiro maior fragmento verde em área urbana do mundo e o primeiro do País. Nela são encontradas várias espécies da fauna - como preguiças, pacas, sauins-de-coleira - e da flora, em meio a uma grande porção de mata virgem. A área construída corresponde a cerca de 35% do projeto arquitetônico original, de autoria do arquiteto Severiano Mário Porto, que lhe rendeu menção honrosa, em 1987, do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/RJ).

A estrutura administrativa da Universidade é constituída pelo órgão superior máximo, que é a Reitoria, seguida pelas Pró-Reitorias e pelos Órgãos Suplementares, sendo que cada um desses segmentos possui vários setores, conforme descrito a seguir:

Reitoria: composta pelo Gabinete, Diretoria Executiva, Secretaria Geral dos Conselhos Superiores, Representação em Brasília, Assessoria de Comunicação, Procuradoria Jurídica, Auditoria Interna e Comitê Gestor;

Pró-Reitorias: divididas em Ensino de Graduação (PROEG), Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), Extensão e Interiorização (PROEXTI), Planejamento (PROPLAN), Administração (PROADM), Assuntos Comunitários (PROCOMUN) e Inovação Tecnológica (PROTEC);

Órgãos Suplementares: Biblioteca Central, Centro de Artes, Centro de Ciências do Ambiente, Centro de Processamento de Dados, Editora da UFAM, Fazenda Experimental, Museu Amazônico, Prefeitura do Campus, Centro de Tecnologia Eletrônica e da Informação, Centro de Apoio Multidisciplinar, Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico, Centro de Pesquisa e Produção de Medicamentos, Centro de Educação a Distância e Biotério.

7.3 INPA

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), foi criado em 29 de outubro de 1952, por meio do Decreto nº 31.672, do Presidente da República, Getúlio Vargas, embora sua implantação só tenha ocorrido em 27 de julho de 1954, dois anos após sua criação. A ideia de um Instituto para estudar a Amazônia era bastante antiga, mas foi no período pós Segunda Guerra que o movimento se intensificou. No entanto, a proposta consolidada e avalizada pela UNESCO era de criar o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA).

A sociedade da época, imbuída de forte espírito nacionalista, mobilizou-se junto ao Congresso Nacional, à imprensa e aos segmentos significativos do país para pressionar o Governo Vargas que, para escapar da repercussão negativa, criou o INPA, em substituição ao IIHA. A instalação do INPA, em 1954, foi quase um ato simbólico, pois sua consolidação como instituição científica se defrontava com imensas dificuldades que incluíam falta de recursos, de pessoal qualificado, inexistência de infra-estrutura para pesquisa, além das deficiências da Manaus da época, uma cidade muito distante do centro do poder político e econômico e sem infra-estrutura urbana capaz de receber cientistas.

Os primeiros anos foram caracterizados por grandes expedições que buscavam conhecer a região. Depois vieram anos de pesquisas diagnósticas, levantamentos e inventários seguidos por um processo mais dinâmico e de mais recursos que possibilitou, enfim, nos anos 70, o início da construção de sua sede, o Campus da Ciência. E foi a partir desta estrutura física que o INPA se estabeleceu científica e administrativamente, pois passou a contar com o apoio dos agentes de desenvolvimento regional como SUDAM e SUFRAMA, além de uma forte base de sustentação no Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq. Assim, as décadas de 70 e 80 solidificaram o INPA como um Centro de Pesquisa, com reconhecimento nacional e internacional, um "status" possibilitado pela expansão da base física, pela aquisição de equipamentos modernos, pela consolidação de um grande e significativo acervo da biblioteca e por um aumento do número de pesquisadores capacitados.

Foi no início da década de 70 que começou a publicação da ACTA AMAZONICA, que divulgou para o mundo os resultados das pesquisas desenvolvidas. Nesse período, foram formados grupos que passaram a atuar na avaliação do impacto ambiental dos grandes empreendimentos e projetos de desenvolvimento implantados pelo Governo Federal, principalmente a construção de hidrelétricas. Os anos 90 trouxeram para o INPA um imenso desafio: a inclusão do Instituto no Projeto Centros de Excelência, um dos componentes do Programa Piloto do Governo Brasileiro, com o apoio do Grupo dos 7, PPG-7, com o objetivo de gerar e disseminar conhecimento científico e tecnológico, voltado para a conservação e desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Nos anos de 1993 e 1994, o INPA realizou seu Planejamento Estratégico que reescreveu a missão do Instituto, definindo-a como a de "gerar, promover e divulgar conhecimentos científico e tecnológico da Amazônia para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais em benefício, principalmente, da população regional".

O Planejamento Estratégico, introduziu modificações estruturais e funcionais que modernizaram a base gerencial e de pesquisa, permitindo a implantação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, um dos programas voltados para a valorização da Amazônia e que é desenvolvido em consonância com os princípios da "Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal". Atualmente, o INPA discute um novo modelo de gestão para responder às demandas de novos conhecimentos e tecnologias.

O projeto “Excelência na Pesquisa Tecnológica”, apoiado pelo CNPq e realizado pela Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – ABICT – visa promover a melhoria do desempenho, aprimoramento das atividades de pesquisa e desenvolvimento e serviços tecnológicos. Fonte: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

7.4 IFRR

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) vivenciou, durante sua existência, várias mudanças, assim como outras instituições de ensino do País. Hoje a instituição conta com estrutura *multicampi* composta por cinco *campi*: Amajari, Avançado Bonfim, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e além da Reitoria. Possui em seu quadro 651 servidores efetivos, entre técnicos administrativos e docentes.

A história da Instituição se divide em cinco etapas:

- Escola Técnica de Roraima integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima
- Escola Técnica de Roraima integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima
- Escola Técnica Federal de Roraima
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

7.4.1 Escola Técnica de Roraima integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começou suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, com 105 alunos, e Edificações, com 70 alunos. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

7.4.2 Escola Técnica de Roraima integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima; aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois cursos técnicos, tornando válidos todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

7.4.3 Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei 8.670, publicada no Diário Oficial da União 123, de 1º. de julho de 1993, no governo do então presidente da República Itamar Franco, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se deu pela transformação da Escola Técnica do Ex-Território Federal de Roraima.

O quadro funcional era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Programa de Expansão de Cursos, implanta os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série –, atendendo 213 alunos distribuídos em seis turmas. Gradativamente, de 1996 a 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

7.4.4 Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à proposta de transformação da ETF-RR em Cefet-RR. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, sul do estado.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade com 210 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, incluindo uma turma de Proeja. Já na segunda fase do plano de expansão, o Cefet-RR foi contemplado com outra Uned, sendo, agora, no Município do Amajari, no norte do estado.

7.4.5 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sancionou a Lei 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

Então, a partir dessa data, o Cefet-RR passou a ser chamado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) – com três *campi*: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011, o IFRR, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi contemplado com mais um *campus*: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na Capital.

O IFRR é uma instituição autônoma de natureza autárquica, integrante do sistema federal de ensino. Tem organização administrativa, didática e patrimonial definidas em estatuto próprio, está vinculado ao Ministério da Educação e é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

São objetivos da instituição ministrar educação profissional, técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores; realizar pesquisas e desenvolver atividades de extensão, além de oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização e cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado.

Tem como finalidade também ofertar a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, no intuito de qualificar cidadãos com vistas à educação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional. Perfeitamente inserido no contexto local e regional, o IFRR é um centro de referência educacional que vem contribuindo há 20 anos para o processo de desenvolvimento do Estado de Roraima ao promover a inclusão social de jovens e adultos por meio das ações de formação profissional.

8 FAEPI

A Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM – FAEPI, é uma instituição jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Manaus, estado do Amazonas, funcionando atualmente, em instalações físicas alugada, no endereço: Avenida João Valério, 282, Sala 6, esquina com a Avenida Djalma Batista – Bairro: São Geraldo – Manaus-AM.

Com atuação em âmbito nacional, sob a finalidade de apoiar projetos e programas, ensino, pesquisa, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo a inovação, de interesse das Instituições de ensino superior (IES) ou instituições de ciência e tecnologia (ICTs), autorizada da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA.

O gerenciamento dos projetos a FAEPI tem contribuído para a Cadeia de Valor das instituições por ela apoiada, a partir da entrega de serviços de gestão que partem de 19 anos de experiência na área, atuando com processos bem estruturados, usando os recursos cabíveis ao bom andamento de projetos, com disponibilidade da estrutura física necessária para apoiar a execução dos projetos, fazendo uso de sistemas em conformidade com o mercado e contando com um time de colaboradores qualificados para atendimento de indicadores e alcance da melhor performance a partir da boa gestão administrativa e financeira dos projetos que contam com a FAEPI como participe, criando condições mais propícias para as instituições apoiadas se relacionem com a comunidade externa, contribuindo assim para o desenvolvimento das atividades de maneira mensurável para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão.

8.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Constituída na forma de fundação de direito privado, sem fins lucrativos e regida pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e pelo Código Civil Brasileiro. Sujeita-se, portanto, à fiscalização do Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil, à legislação trabalhista. Instituída em 26 de junho de 2001, por uma Assembleia composta por 34 (trinta e quatro) instituidores e constituída por bens no valor de R$ 9.750,00 (nove mil, setecentos e cinquenta reais), no âmbito do IFAM / Campus Manaus-Centro, registrada no Cartório de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas - RCPJ, Protocolo nº 9.205, Registro nº 9182, Livro A nº 151, Escritura Pública no Cartório Leite – Livro nº 1325, Folha nº 154, em 10.07.2001, com anuência do Ministério Público com Certidão expedida em 02.08.2001, Processo nº 015/2001, sob o nº 47 PJFMF, folha 29.

O regimento que regula a instituição é o Estatuto que tem anuência do Ministério Público, estatuto esse criado e aprovado pelo Conselho Curador através de seus membros titulares, Conselho Fiscal e Diretores. Sua última alteração ocorreu em 23 de novembro de 2015, em reunião Extraordinária do Conselho Curador.

As celebrações dos projetos obedecem ao disposto no inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993 ou Decreto nº 6.170/2007 e, concomitantemente, à Lei nº 8.958/1994 e ao Decreto nº 7.423/2010. Para isso, as atividades devem estar relacionadas ao apoio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

A Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

O Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e Relatório de Gestão e Balanço Patrimonial 2014, com 12 Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004.

Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

E demais instrumentos que disciplinam o relacionamento das instituições apoiadas com a FAEPI, além das aprovadas pelo Conselho Superior do IFAM.

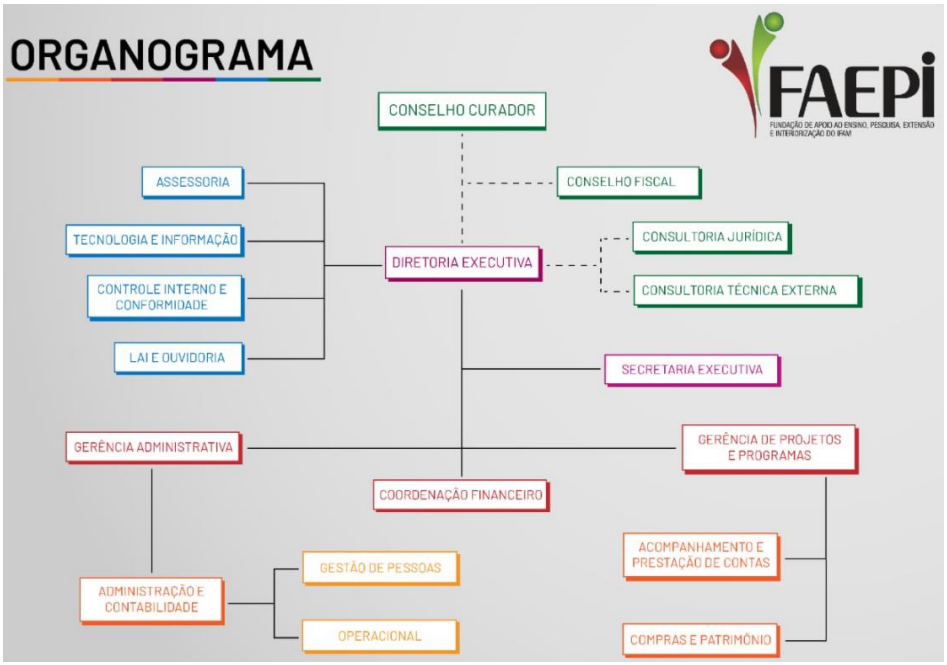
8.2 FINALIDADES DA FAEPI

- Apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, de interesse do IFAM, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos;
- Estimular e promover o desenvolvimento científico e tecnológico, o ensino, a pesquisa, a extensão, o estímulo à inovação, as atividades culturais e desportivas, a preservação do meio ambiente e as relações institucionais entre o IFAM, órgãos públicos ou privados nacionais ou internacionais e a sociedade;
- Sugerir, promover, coordenar e executar ações de projetos voltados para a geração de emprego e renda, atividades de amparo às crianças, adolescentes e idosos, bem como de habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, inclusive no fomento de práticas desportivas;
- Promover e desenvolver atividades técnicas, de consultoria, científicas, administrativas e financeiras, de prestação de serviço, de capacitação e formação de recursos humanos para órgãos públicos ou privados nacionais ou internacionais e a sociedade, podendo, inclusive, contratar pessoal (especializado ou não), para atender às finalidades propostas;
- Conceder bolsas de ensino, pesquisa e extensão para realização de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação.

8.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FAEPI

Em seu organograma a FAEPI é distribuída de maneira que conta com colaboração de membros do Conselho Curador e Fiscal, como membros externos que podem deliberar em pautas que observem as orientações em estatuto vigente, bem como Consultoria Jurídica e Técnica para auxiliar a partir de laudos técnicos as tomadas de decisões internas e por fim times internos distribuídos setorialmente em acordo com organograma representado na Figura 1, a seguir:

Figura 01 – Organograma da FAEPI-2022

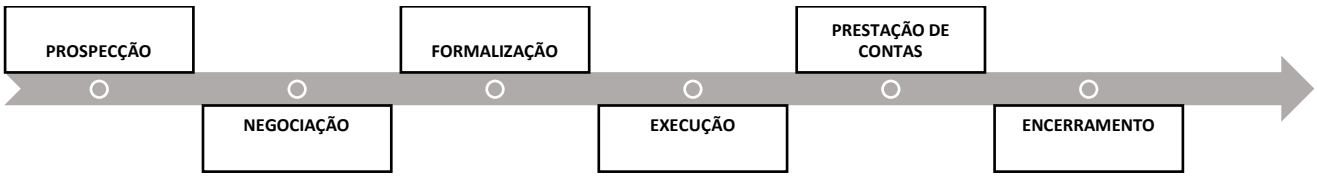


Fonte: FAEPI, 2022

9 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA GESTÃO DOS PROJETOS

A FAEPI na busca pelo alcance de seus objetivos e em contribuição à alta performance de seus parceiros, divide suas atividades de forma macro em acordo com o Diagrama - 1, onde cada uma dessas etapas se subdivide em tarefas específicas detalhadas na Tabela-1.

Diagrama – 01: Atividades Principais no Gerenciamento dos Projetos

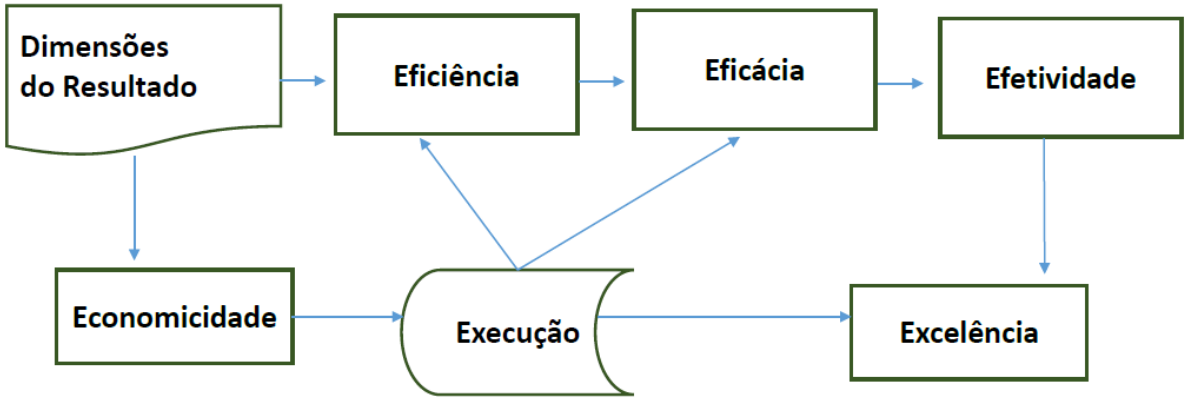


Fonte: FAEPI, 2022

9.1 INDICADORES

Os indicadores são instrumentos de gestão e essenciais nas atividades de monitoramento e foram determinados alguns na avaliação da FAEPI, assim como em seus projetos, programas e políticas, já que permitem acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidades de mudança, dentre outros. O esquema apresenta as dimensões para alcançar os melhores resultados.

Diagrama – 02: Dimensão de Resultado



Fonte: FAEPI, 2022

Os resultados vêm surpreendendo positivamente, assim como indicadores das atividades referentes ao fim do ano de 2021, que foram menos negativos do que o esperado.

Neste relatório, a FAEPI apresenta dados gerais referentes aos projetos apoiados com demandas mensuradas via processos gerados internamente, no setor de protocolo, onde no período de Jan/2021 à Dez/2021 apresentou 2628 (dois mil seiscentos e vinte e oito) processos manuais e 7017 processos via sistema Conveniar para atender os 54 (setenta e quatro) projetos.

Dentre as demandas de solicitações por projetos apresentadas, temos como principais serviços atendidos pela FAEPI:

- Abertura de conta de projeto;
- Repasse de recurso (DOA), Fundo de reserva e outros;
- Contratação de Serviços de Terceiros;
- Pagamento;
- Concessão de bolsa;
- Pagamento de bolsa;
- Solicitação de distrato;
- Aquisições de bens permanentes
- Aquisição de material de consumo;
- Participação em eventos;
- Concessão de Diárias;
- Aquisição de passagens;
- Prestação de contas parcial e final;

No ano de 2021, foram firmados 1522 termos de concessão de bolsa, para atender os projetos gerenciados na FAEPI, e para este universo de 54 projetos, foram beneficiados 1522 bolsistas vinculados às instituições de apoio.

10. SATISFAÇÃO DO CLIENTE

Com o objetivo de avaliar os impactos dos serviços prestados a partir da satisfação do cliente e visando estabelecer um processo de melhoria continua institucional, a FAEPI coletou através da aplicação de formulário específico disponibilizado e compartilhado via Google Docs, cujo o endereço eletrônico foi divulgado no site oficial, além de convite de participação por distribuição de convite via e-mail e redes sociais, onde os resultados encontrados estão apresentados graficamente abaixo, distribuídos pelos indicadores relacionados.

Para avaliar o desempenho da FAEPI em 2021, e visando obtenção dos dados fieis para a melhoria contínua dos serviços de apoio, foi elaborado também um formulário por meio da plataforma google e enviado a um universo de 100 pessoas pesquisadas, com a finalidade de avaliar a situação dos projetos de pesquisa.

Link: https://forms.gle/pGnrAVbmxwvobdtH8



Fonte: FAEPI, 2022

O formulário foi publicado no site da FAEPI no período de 01 a 31/05/2022, em uma plataforma do Google, com as seguintes perguntas, das quais demonstraremos os resultados em gráfico, com breve síntese:

10.1 PERFIS DE CLIENTES

Da população de 100 (cem) pessoas pesquisadas em 2022, a pesquisa contou com a participação de 30 (trinta), com retorno do formulário de satisfação preenchido, cujo aspectos dos participantes são 36,7% com perfil de pesquisador, 16,7% com perfil de prestador de serviço PJ, prestador de serviço PF com 10%, Fornecedor de serviço/Produto com 6,7%, 26,7% com perfil de bolsistas e 3,3% público geral, demonstrado no Gráfico 05 – Perfil de Participante, abaixo:

Gráfico 04 – Perfil de Participante

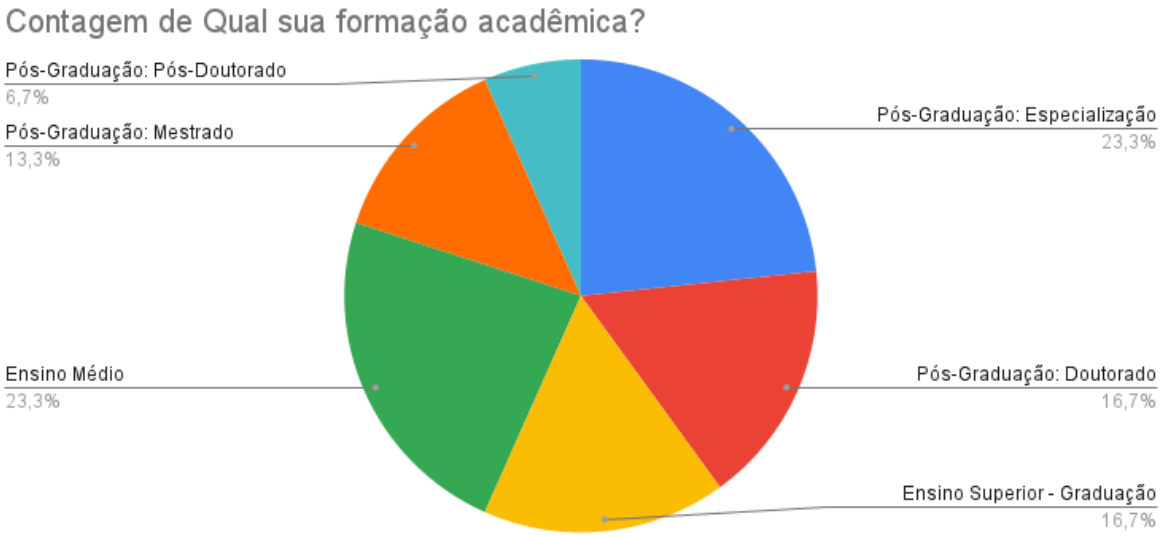


Fonte: FAEPI/2022

10.2 PERFIS ACADÊMICO

Já no perfil acadêmico, obtivemos participantes com perfil acadêmico de: 16,7% com perfil graduado, 23,3% com perfil pós-graduado e 16,7% com perfil de doutorado, 6,7% pós-graduado e pós-doutorado, e 13,3% pós-graduado e mestrado e 23,3% ensino médio, demonstrado no Gráfico 07 – Perfil Acadêmico, conforme gráfico 6, abaixo:

Gráfico 05 – Perfil Acadêmico



Fonte: FAEPI/2022

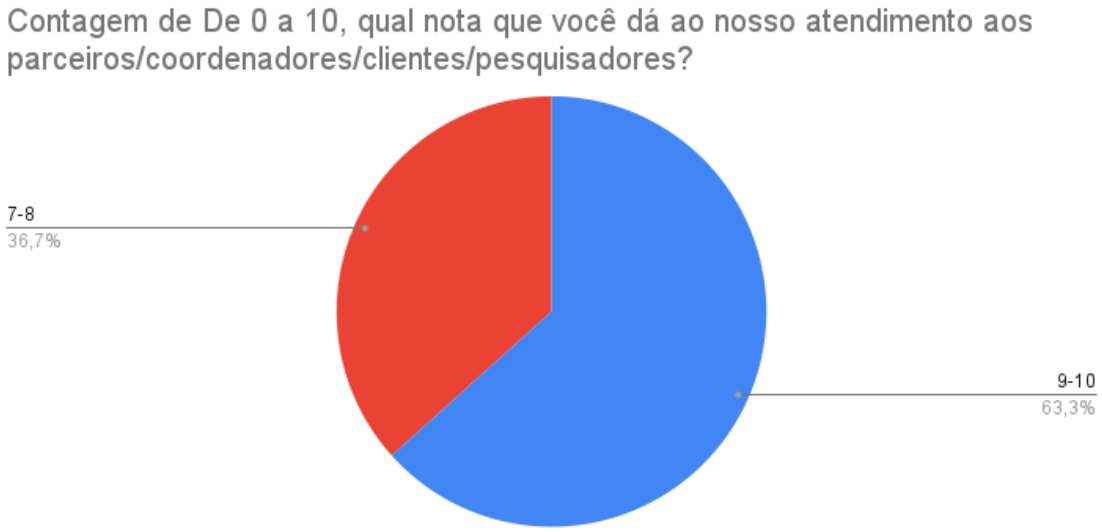
10.3 ÍNDICES DE SATISFAÇÃO

As perguntas lançadas em formulário, possuem um indicador de 0 a 10, onde:

- Nota 0 (zero): Péssimo
- Nota 2 (dois): Ruim
- Nota 4 (três): Razoável
- Nota 6 (seis): Regular
- Nota 8 (oito): Bom
- Nota 10 (dez): ótimo

A pergunta abaixo, (Gráfico 7) demonstrou que 63,3% dos pesquisados responderam que o atendimento é nota de 9 – 10, correspondente a bom e ótimo, e 36,7% dos pesquisados responderam que o atendimento possui demonstra ser bom, com a nota 8, que corresponde a bom. Isto indica que que o relacionamento com os parceiros vem se aprimorando e buscando entender as necessidades de cada um, sobretudo os objetivos dos projetos.

Gráfico 06 – Atendimento

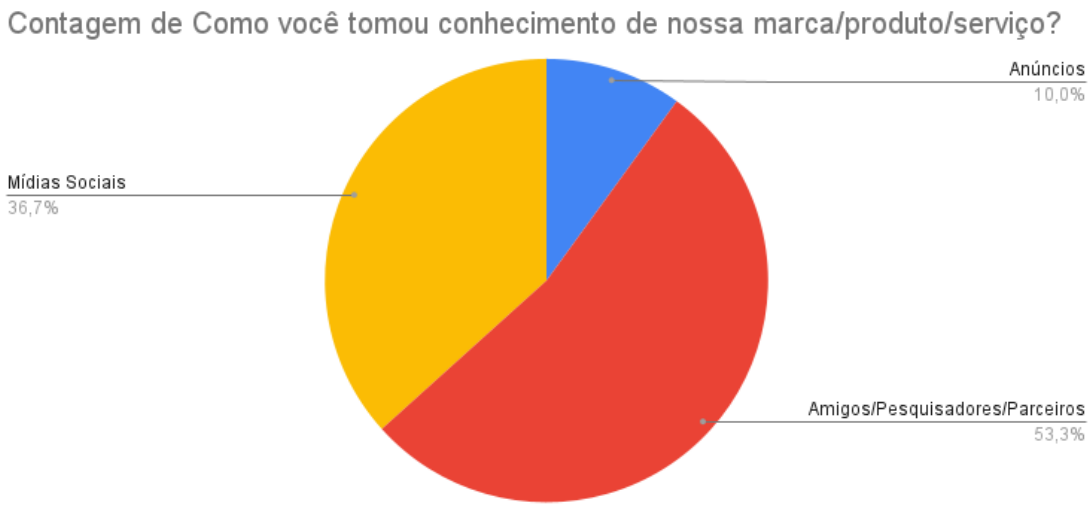


Fonte: FAEPI/2022

10.4 CANAL DE COMUNICAÇÃO

A pergunta 2, (Gráfico 8) demonstra que o canal mais forte foi a partir da recomendação de amigos, pesquisadores e parceiros, com 53,3%, conforme gráfico abaixo, estando em congruência com o quesito anterior “atendimento”, isto demonstra que os parceiros vem contribuindo com o marketing de relacionamento, ajudando a conquistar e fidelizar mais parcerias, comprovado na evolução de autorização no apoio de instituições distintas, além do crescente número de projetos gerenciados pela FAEPI, tornando estes, defensores e divulgadores dos serviços de apoio da FAEPI, bem como sua marca, e 36,7% é feita por meio de mídias sociais e apenas 10% por anúncios.

Gráfico 07 – Canal

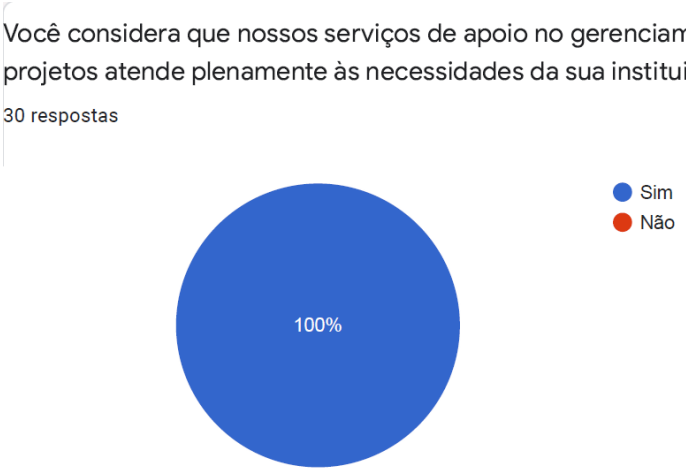


Fonte: FAEPI/2022

10.5 ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO APOIADA

O gráfico 9, a seguir, demonstra por unanimidade, que 100% dos pesquisados consideram o pleno atendimento dos nossos serviços de apoio no gerenciamento dos projetos. Relevante destacar que a FAEPI é a única Fundação de Apoio do Amazonas, regular junto aos órgãos de controle federais, para apoiar 04 instituições federais (IFAM, UFAM, INPA e IFRR).

Gráfico 08 – Serviços de Apoio às Instituições

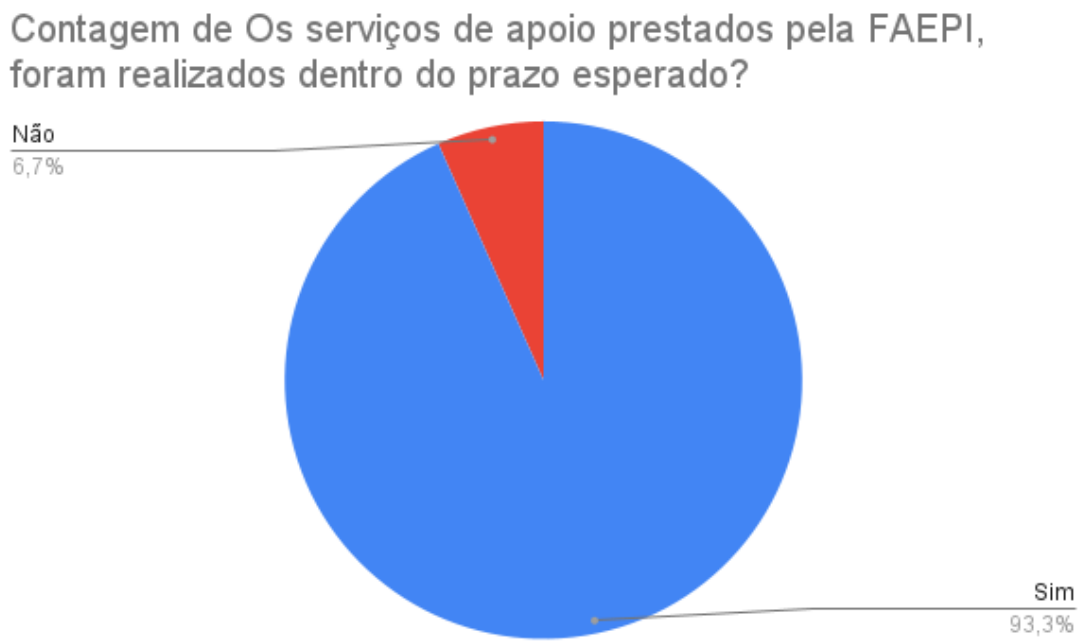


Fonte: FAEPI/2022

10.6 ATENDIMENTO DENTRO PRAZO ESPERADO

O gráfico 10, a seguir demonstra que 93,3% dos pesquisados responderam que os serviços de apoio são realizados dentro do prazo esperado, enquanto que 6,7% responderam que os prazos não são atendidos dentro do prazo. Na busca pela melhoria contínua, a FAEPI busca acompanhar com eficiência o controle dos prazos, porém imprevistos podem ocorrer e as atividades podem ser remanejadas e as entregas podem ser reprogramadas, em razão de fatores externos.

Gráfico 09 – Atendimento ao Prazo

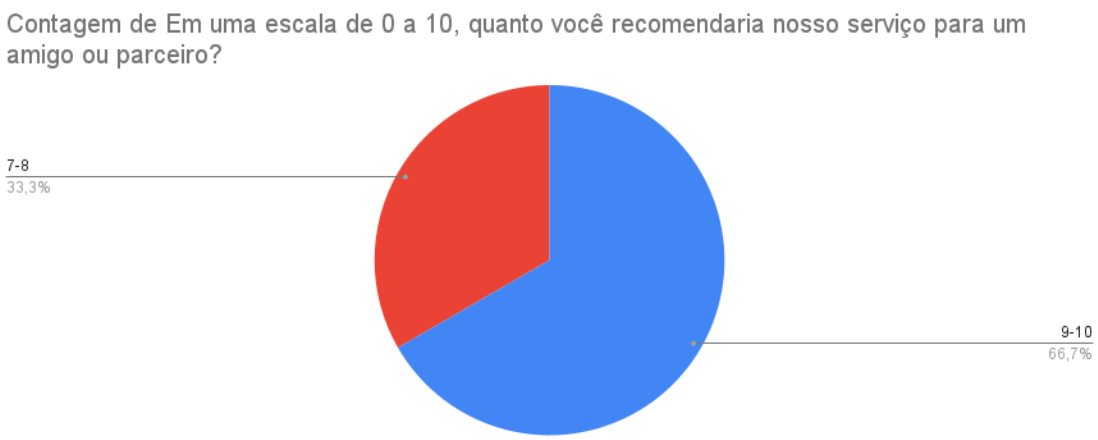


Fonte: FAEPI/2022

10.7 RECOMENDAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO DA FAEPI

O gráfico 11, abaixo demonstra a recomendação dos serviços de apoio da FAEPI, com 6,8,7% sendo nota 10 – ótimo e 33,3%, nota 8 – Bom. Estando este resultado em consonância com as respostas anteriores.

Gráfico 10 – Recomendação dos serviços de apoio



Fonte: FAEPI/2022

11 GOVERNANÇA PARA MELHORAR O DESEMPENHO - FLUXOS E PROCESSOS FAEPI

Para contribuir com a cadeia de valor dos parceiros que mantêm relações institucionais com a FAEPI, visando a promoção da execução do objeto do projeto na forma e prazos estabelecidos, os procedimentos das atividades realizadas obedecem aos fluxos destacados a seguir:

Imagem 2 – Concessão de Bolsa – Pessoa Física

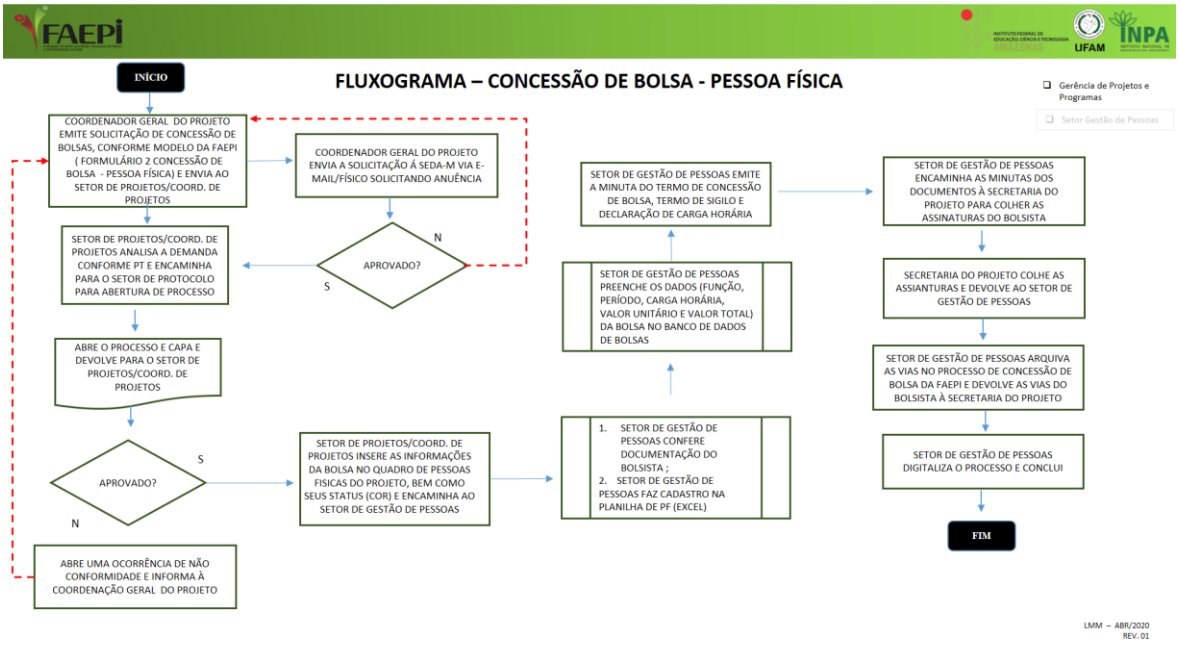


Imagem 3 – Aquisição de bens/ou contratação de serviços de terceiros - PJ

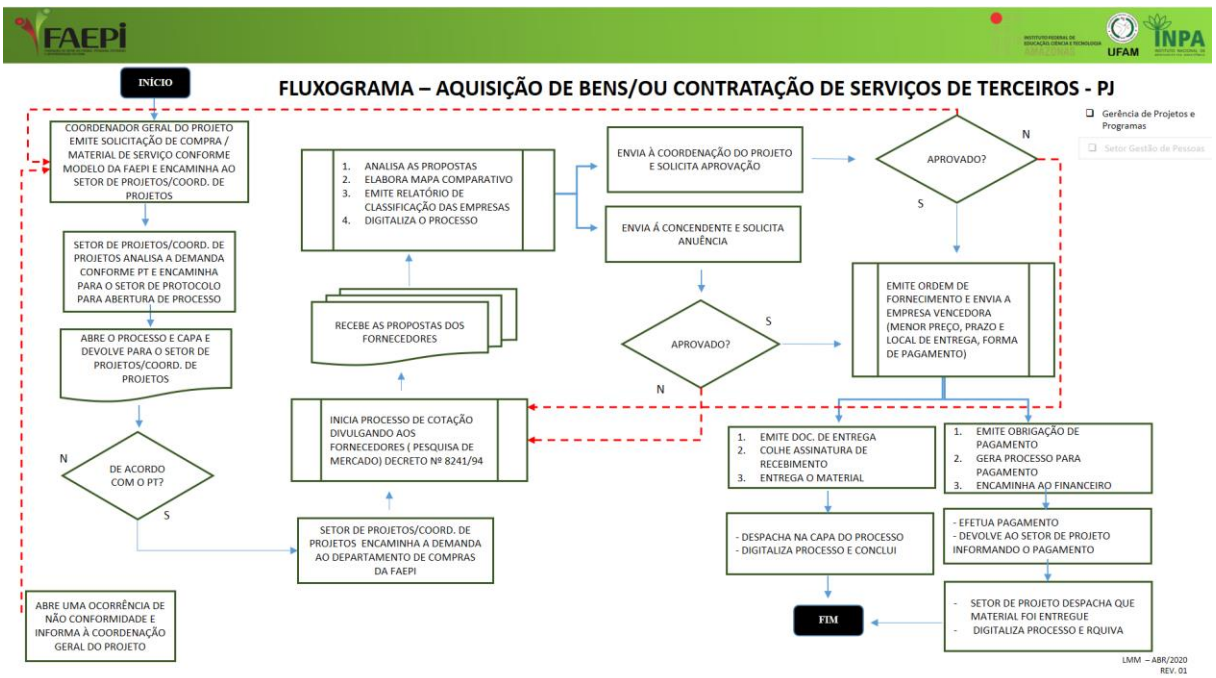


Imagem 4 – Emissão de Nota Fiscal – Desembolso do Projeto

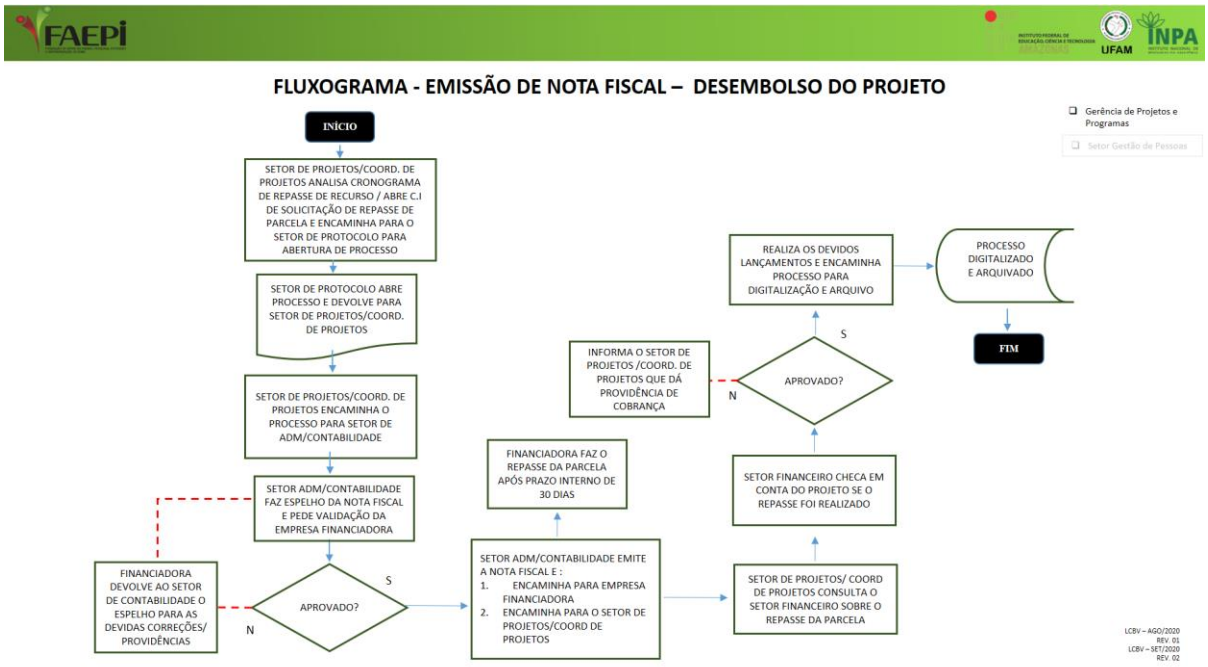


Imagem 5 – Abertura de Conta Bancária

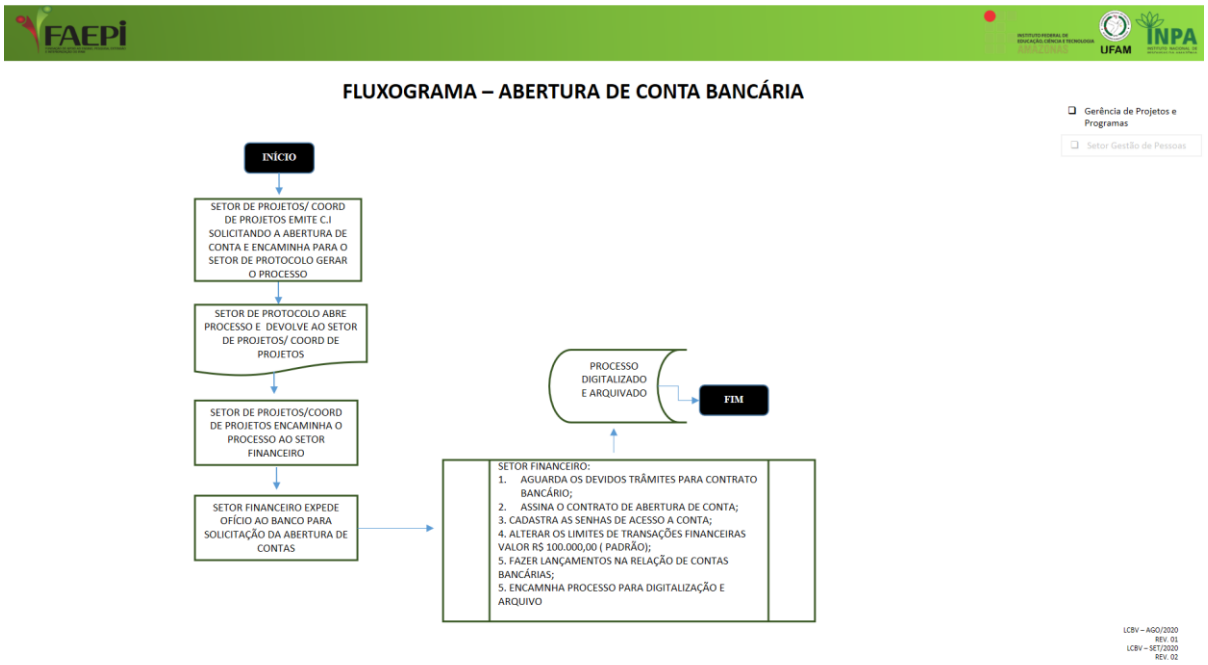


Imagem 6 – Pagamento pessoa física dos projetos

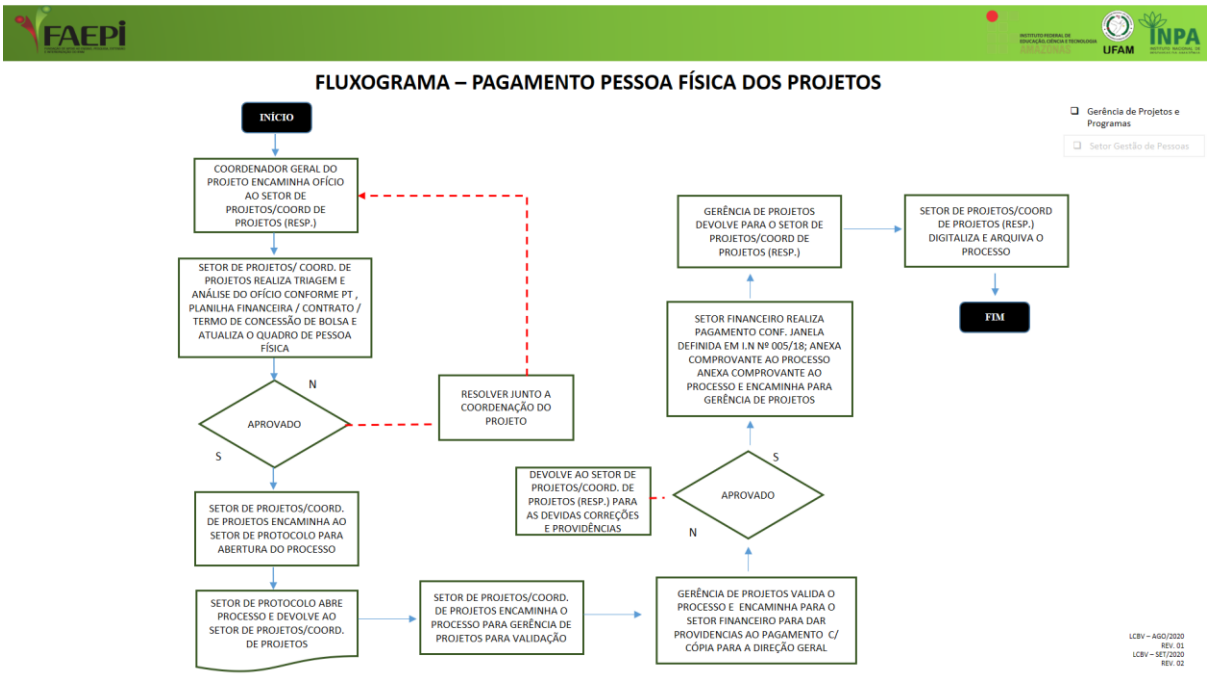


Imagem 7 – Pagamento pessoa física – Colaborador interno FAEPI

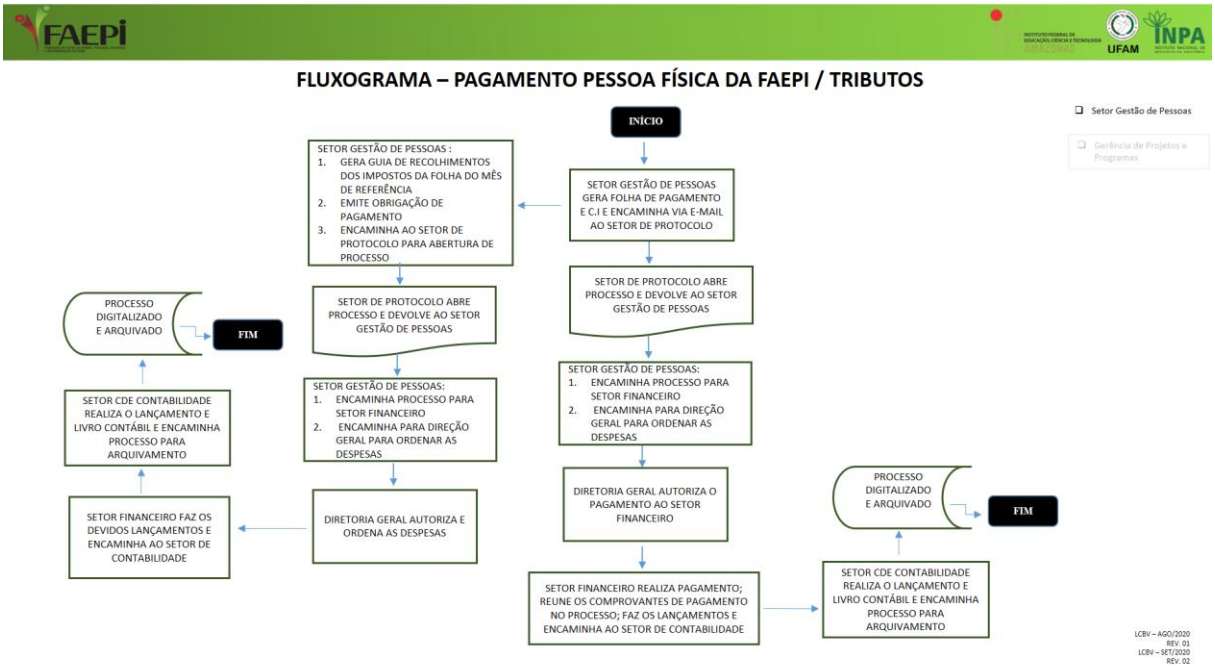


Imagem 8 – Doação de bens permanentes FAEPI/2022

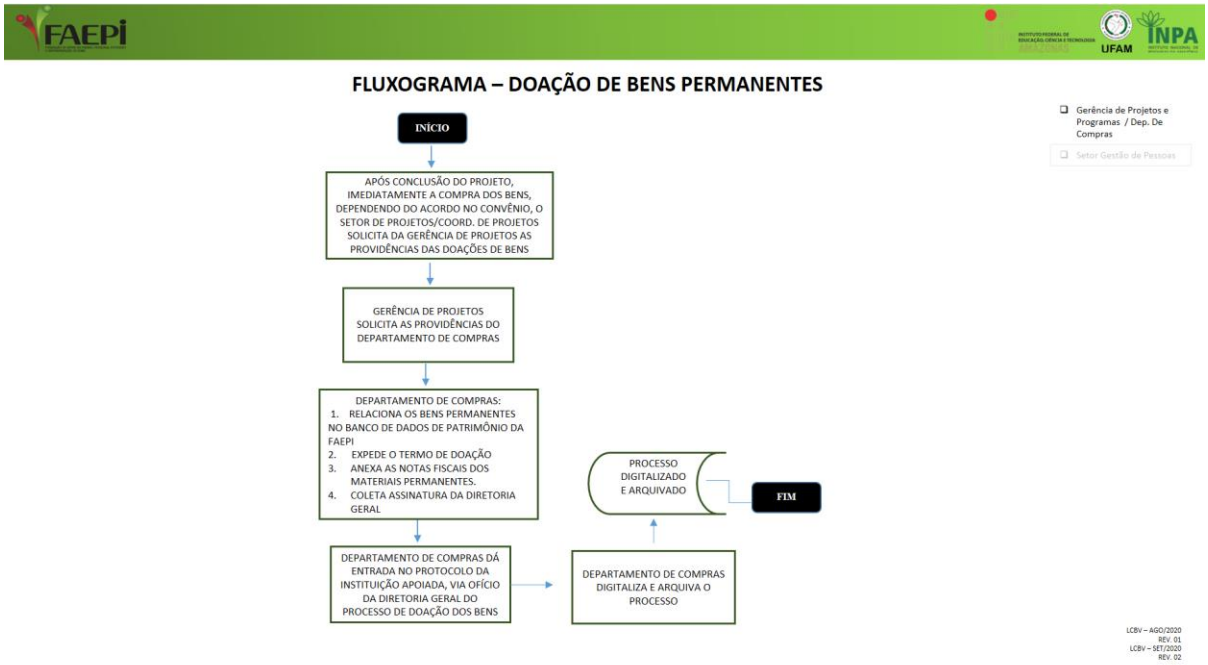


Imagem 9 – Despesas operacionais e administrativas - FAEPI

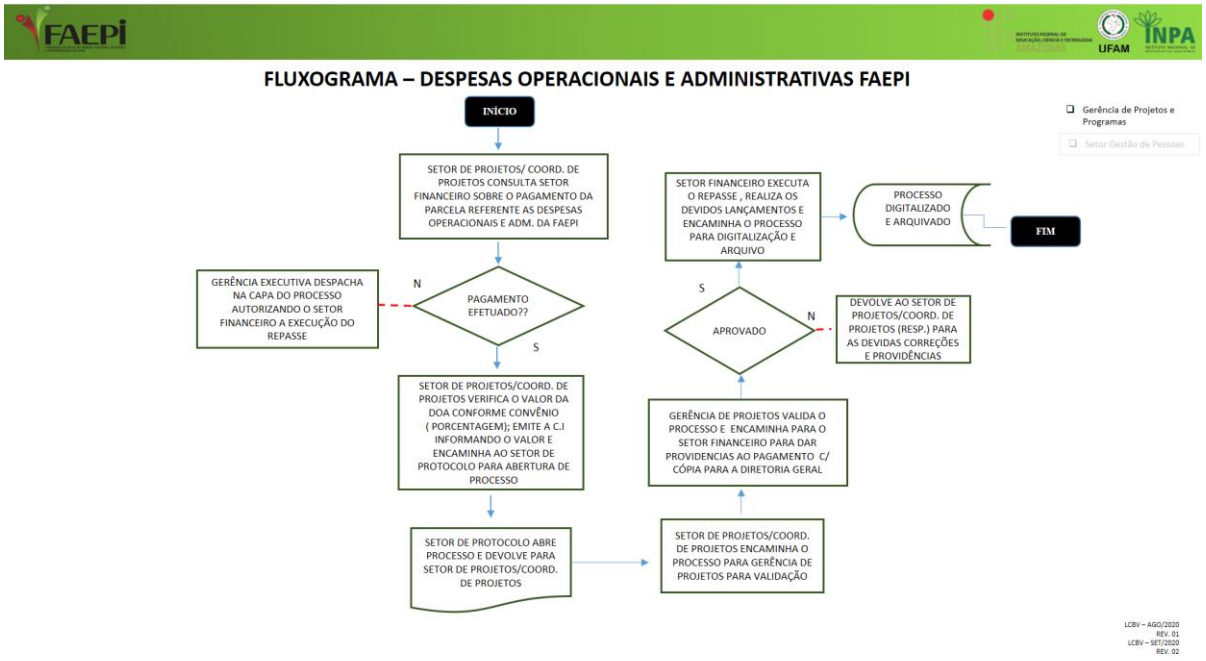
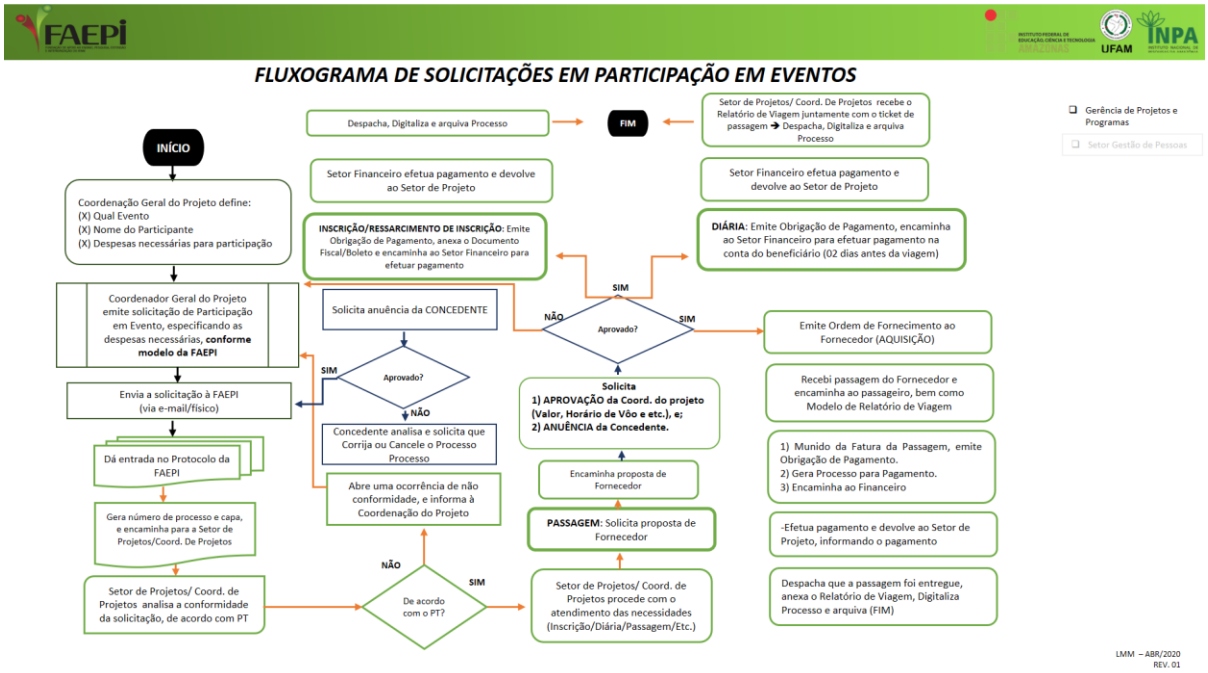


Imagem 10 – Aprovação e solicitação de participação em eventos



11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O volume de trabalho da FAEPI tem crescido e com os resultados constatou-se que a FAEPI seguiu cumprindo com seus objetivos bem definido na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e Código Civil Brasileiro, no apoio e fortalecimento as instituições, por ela apoiada, na realização de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional.

De forma geral, em análise quanto aos indicadores e parâmetros apresentados, revela que a FAEPI atendeu, exercendo seu papel no apoio da gestão de projetos.

Desta forma, o apoio da equipe da FAEPI na gestão administrativa e financeira dos projetos interinstitucionais, vem proporcionando ao IFAM, UFAM, INPA e IFRR a capacidade de executar, tais projetos com eficiência, alcançando importantes resultados de pesquisa, gerando avanços científicos e tecnológicos que contribuem para o desenvolvimento econômico e social no Estado do Amazonas.

REFERÊNCIA

Melhoria da gestão pública por meio da Definição de um guia referencial para Medição do desempenho da gestão, e Controle para o gerenciamento dos Indicadores de eficiência, eficácia e de Resultados do programa nacional de Gestão pública e desburocratização, Brasília, dezembro de 2009.
http://www.gespublica.gov.br/content/guia-referencial-para-medi%C3%A7%C3%A3o-de-desempenho-e-manual-para-constru%C3%A7%C3%A3o-de-indicadores, acesso em 17.12.2020.

BRASIL. Lei nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994. Relação entre Fundações de Apoio e IFs e ICTs. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8958compilado.htm

BRASIL. Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7423.htm .